

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2019, faturamento de R\$ 63,659 milhões (R\$ 96,773 milhões no exercício de 2018).

O faturamento apresentado é composto pelas emissões de prêmios do Seguro de Garantia Estendida, produto comercializado através de Contrato de Representação de Seguros com rede varejista, e também do Seguro DPVAT, correspondente à participação da Companhia no convênio administrado pela Seguradora Líder.

Resultado do Exercício

A Atlântica Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2019, Lucro Líquido de R\$ 32,736 milhões (R\$ 33,605 milhões no exercício de 2018).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Atlântica Companhia de Seguros, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos nesse contexto categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultramento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). A Atlântica Companhia de Seguros realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Atlântica Companhia de Seguros faz parte, possui estrutura própria para atendimento aos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. A Área de *Compliance* atua na captação, divulgação e devido acompanhamento para assegurar a aderência às regulamentações aplicáveis. Em complemento, monitora o atendimento às demais solicitações providas dos reguladores, de forma que sejam atendidas tempestivamente.

O acultramento constante dos funcionários através de treinamentos *e-learning*s e vídeos fora reforçado com treinamentos presenciais, abrangendo temas como prevenção e combate à lavagem de dinheiro, controles internos e riscos operacionais, fortalecendo a conscientização contínua sobre esses temas.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, aprimorando os controles existentes de monitoramento, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Alinhada com as novas regulamentações nacionais que abrangem o tema, e reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade, segurança e confiabilidade das informações organizacionais e dos clientes, o Grupo Bradesco Seguros tem dada ênfase especial à governança de dados e segurança da informação.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e Parceiros de Negócios, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		570.057	589.025	CIRCULANTE		303.989	326.271
Disponível		27	17	Contas a pagar		20.718	12.563
Caixa e bancos		27	17	Obrigações a pagar	9	2.179	2.170
Aplicações	4	533.908	532.173	Impostos e encargos sociais a recolher		6	2
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	13.848	9.860	Impostos e contribuições	10	18.533	10.384
Prêmios a receber		6.314	4.914	Outras contas a pagar		-	7
Operações com seguradoras		7.534	4.946	Débitos de operações com seguros e resseguros		22.587	9.855
Outros créditos operacionais		1.340	261	Operações com seguradoras		3	2
Títulos e créditos a receber	7	203	181	Corretores de seguros e resseguros		88	26
Créditos tributários e previdenciários		203	181	Outros débitos operacionais	11	22.496	9.827
Despesas antecipadas		244	639	Depósitos de terceiros		1.532	80
Custos de aquisição diferidos	12d	20.487	45.894	Provisões técnicas - seguros	12	259.152	303.773
Seguros		20.487	45.894	Danos		259.152	303.773
ATIVO NÃO CIRCULANTE		753.844	723.171	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		49.898	61.404
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		752.694	721.939	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		49.898	61.404
Aplicações	4	569.886	531.266	Provisões técnicas - Seguros	12	47.300	58.906
Títulos e créditos a receber		171.519	172.269	Danos		47.300	58.906
Créditos tributários e previdenciários	7	159.732	160.498	Outros débitos		2.598	2.498
Depósitos judiciais e fiscais	8	11.745	11.699	Provisões judiciais	13	2.428	2.334
Outros créditos operacionais		42	72	Outras provisões		170	164
Despesas antecipadas		21	140	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	970.014	924.521
Custos de aquisição diferidos	12d	11.268	18.264	Capital social		1.047.000	1.047.000
Seguros		11.268	18.264	Ajuste de avaliação patrimonial		21.791	9.034
INVESTIMENTOS		713	685	Prejuízos acumulados		(98.777)	(131.513)
Participações societárias		713	685	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.323.901	1.312.196
IMOBILIZADO		224	282				
Bens móveis		190	231				
Outras imobilizações		34	51				
INTANGÍVEL		213	265				
Outros intangíveis		213	265				
TOTAL DO ATIVO		1.323.901	1.312.196				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2019	2018
Prêmios emitidos	18a	63.659	96.773
Varição das provisões técnicas de prêmios		50.474	107.473
Prêmios ganhos	17	114.133	204.246
Receitas com emissão de apólices	18b	7.308	5.910
Sinistros ocorridos	18c	(27.407)	(56.865)
Custos de aquisição	18d	(46.331)	(96.610)
Outras (despesas) e receitas operacionais	18e	(33.591)	(24.028)
Despesas administrativas	18f	(20.004)	(23.655)
Despesas com tributos	18g	(4.463)	(9.598)
Resultado financeiro	18h	64.828	61.637
Receitas Financeiras		84.482	82.942
Despesas Financeiras		(19.654)	(21.305)
Resultado operacional		54.473	61.037
Resultado antes dos impostos e participações		54.473	61.037
Imposto de renda	18i	(13.528)	(15.136)
Contribuição social	18i	(8.209)	(12.296)
Lucro líquido do exercício		32.736	33.605
Quantidade de ações		2.207.711.864	2.207.711.864
Lucro líquido por lote de mil ações- R\$		14,83	15,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	32.736	33.605
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	21.262	14.083
Efeitos dos impostos	(8.505)	(5.633)
Total do resultado abrangente do exercício	45.493	42.055
Atribuível ao controlador	45.493	42.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro antes dos impostos e participações	54.473	61.037
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	242	839
- Despesas antecipadas	514	2.074
- Custos de aquisição diferidos	32.403	77.091
- Variações das provisões técnicas	(44.178)	(16.806)
- Provisão para riscos sobre créditos	28.310	12.639
- Juros e variação monetária	(554)	(1.501)
Lucro líquido ajustado do exercício	71.210	135.373
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	(1.735)	280.450
- Créditos das operações com seguros e resseguros	(32.298)	(17.220)
- Outros créditos operacionais	(1.079)	1.052
- Títulos e créditos a receber	1.134	(26.238)
- Contas a pagar	(1.184)	26.635
- Débitos das operações de seguros	12.732	7.681
- Depósitos de terceiros	1.452	80
- Provisões técnicas - seguros	(11.901)	(20.758)
- Outros débitos	100	(240)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(32.779)	251.442
Imposto de renda sobre o lucro pago	(11.919)	(12.706)
Contribuição social sobre o lucro pago	(8.984)	(8.963)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	17.528	365.146
Atividades de investimento		
- Aquisição de títulos disponíveis para venda	(161.030)	(349.918)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos disponíveis para venda	143.672	(14.376)
- Aquisição de imobilizado	(88)	(476)
- Aquisição de investimentos	(28)	(222)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(44)	(157)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(17.518)	(365.149)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	10	(3)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	17	20
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	27	17
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	10	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.047.000	584	(165.118)	882.466
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	8.450	-	8.450
Lucro líquido do exercício	-	-	33.605	33.605
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.047.000	9.034	(131.513)	924.521
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	12.757	-	12.757
Lucro líquido do exercício	-	-	32.736	32.736
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.047.000	21.791	(98.777)	970.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Rio de Janeiro nº 555, 20º andar, Caju, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20931-675.

A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 04 de fevereiro de 2020.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos para a referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 7 (a) - Créditos tributários e previdenciários; 12 - Provisões técnicas – Seguros, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais.

e. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC’s 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

(v) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

(vii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados na rubrica “Crédito das operações com seguros e resseguros” que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de Empréstimos e recebíveis

A redução ao valor recuperável dos prêmios e operações com seguradoras, é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento. A redução a valor recuperável considera, inclusive, os riscos já decorridos e os prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

g. Custo de aquisição

Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho.

h. Imobilizado

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática.

i. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais custos são contabilizados como despesas à medida que são incorridas.

j. Provisões técnicas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios aceitos em cosseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão corresponde à estimativa para os Riscos Vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base nos Sinistros Ocorridos e ainda Não Pagos (IBNP) subtraindo o saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de Sinistros já Ocorridos e ainda Não Pagos com base em triângulos de *run-off* trimestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 11 trimestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações avisadas até a data do balanço, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais, atualizados e corrigidos monetariamente.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura.

k. Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

l. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro, o CPC 11 - Contratos de Seguros e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) relacionados às provisões técnicas, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo às apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas, foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE.

O resultado do teste de adequação de passivo não apresentou insuficiência e, consequentemente, não houve a necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. A sinistralidade projetada no estudo desta Companhia foi de 23,8%.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

As ações judiciais são contabilizadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

o. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguro e cosseguros aceitos, e os respectivos custos de aquisição correspondentes, são registrados no resultado quando da emissão das respectivas apólices e apropriados, em bases lineares, por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, no decorrer do período de vigência das apólices.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos, receitas de dividendos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores etc., bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (seguros, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Apetite a Riscos. Existem ainda, os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição, no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais, quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, cálculo de capital regulatório para esse negócio e certificação dos estudos de precificação de novos produtos.

Incidentes na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência da apólice. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer de a liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

A Companhia opera na modalidade de seguros de garantia estendida e, apesar da emissão ser através de asseguro aceito, o monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de garantia estendida

- Flutuações na ocasião, frequência dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2019

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições.....		
Garantia Estendida/Extensão de Garantia - Bens em Geral.....	(534)	(534)

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. A exposição da Companhia refere-se às emissões do produto Garantia Estendida aceitas em cosseguro, cujos valores de prêmios emitidos totalizam R\$ 37.021 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 45.644 em 31 de dezembro de 2018).

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Salienta-se, nesta atividade, o controle dos custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros do produto de garantia estendida, através de rede varejista, onde a administração da Companhia realiza o monitoramento do acordo contratual celebrado *vis-à-vis* o plano de negócios aprovado e, na ocorrência do desequilíbrio contratual previsto, realiza a contabilização da movimentação dos custos de aquisição diferidos frente aos resultados auferidos.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

	2019	AAA (*)	Total
Ativos financeiros – Rating			
Valor justo por meio do resultado	533.908	533.908	533.908
Título de renda fixa privado	246.397		246.397
Título de renda fixa público	287.511		287.511
Disponível para a venda	569.886		569.886
Título de renda fixa público	569.886		569.886

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	27	-
Fluxo de 0 a 3 meses	567.245	46.342
Fluxo de 3 a 12 meses	60.590	9.594
Fluxo de 12 a 60 meses	532.682	17.715
Fluxo acima de 60 meses.....	91.666	541
Total	1.252.210	74.192

- (i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações (exceto DPVAT), créditos das operações com seguros e resseguros.
- (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas (exceto DPVAT) e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As posturas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê Executivo de Investimentos e Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

O principal risco de monitoramento é o relacionado à taxa de juros.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Taxa Prefixada de 1 ano.....		4,57%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

Período	Taxa de juros em Reais	Total com e sem correlação
Dezembro/2019	(17)	(17)
Definição.....	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo.
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2019	%	2018	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	533.908	48,37	532.173	50,04
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	533.908	48,37	532.173	50,04
Títulos disponíveis para venda	569.886	51,63	531.266	49,96
Títulos de renda fixa - Notas do Tesouro Nacional	469.188	42,51	283.956	26,70
Títulos de renda fixa - Letras do Tesouro Nacional	100.698	9,12	247.310	23,26
Total	1.103.794	100,00	1.063.439	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia nos respectivos fundos de investimentos.

	2019				
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	246.397	287.511	533.908	533.908	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	287.511	287.511	287.511	-
Quotas de fundos de investimentos	219.377	-	219.377	219.377	-
Letras Financeiras do Tesouro					
- operação compromissada/outras (*)	18.906	-	18.906	18.906	-
Notas do Tesouro Nacional					
- operação compromissada/outras (*)	8.114	-	8.114	8.114	-
Títulos disponíveis para venda	-	569.886	569.886	533.568	36.318
Notas do Tesouro Nacional	-	469.188	469.188	438.398	30.790
Letras do Tesouro Nacional	-	100.698	100.698	95.170	5.528
Total em 31 de dezembro de 2019	246.397	857.397	1.103.794	1.067.476	36.318

	2018				
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor custo atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	248.800	283.373	532.173	532.172	1
Letras Financeiras do Tesouro	-	283.373	283.373	283.373	1
Quotas de fundos de investimentos	219.883	-	219.883	219.883	-
Letras Financeiras do Tesouro					
- operação compromissada/outras (*)	28.917	-	28.917	28.917	-
Títulos disponíveis para venda	-	531.266	531.266	516.210	15.056
Notas do Tesouro Nacional	-	283.956	283.956	274.509	9.447
Letras do Tesouro Nacional	-	247.310	247.310	241.701	5.609
Total em 31 de dezembro de 2018	248.800	814.639	1.063.439	1.048.382	15.057

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2019	2018
Total das provisões técnicas	306.452	362.679
(-) Carregamento de comercialização (*) - garantia estendida	10.051	54.183
(-) Direito creditório.....	6.232	4.890
(-) Provisão de convênio - DPVAT	219.031	219.727
Total a ser coberto (A)	71.138	83.879
Quotas de fundos de investimentos	-	220.669
Títulos de renda fixa – públicos	171.237	89.001
Total dado em cobertura (B)	171.237	309.670
Suficiência (B) - (A)	100.099	225.791

(*) Refere-se a despesas com estipulantes efetivamente liquidadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2019			2018		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	506.888	27.020	533.908	283.373	248.800	532.173
Letras Financeiras do Tesouro	287.511	-	287.511	283.373	-	283.373
Quotas de fundos de investimentos	219.377	-	219.377	-	219.883	219.883
Letras Financeiras do Tesouro						
- operação compromissada/outras (*)	-	18.906	18.906	-	28.917	28.917
Notas do Tesouro Nacional						
- operação compromissada/outras (*)	-	8.114	8.114	-	-	-
Disponíveis para venda	569.886	-	569.886	531.266	-	531.266
Notas do Tesouro Nacional	469.188	-	469.188	283.956	-	283.956
Letras do Tesouro Nacional.....	100.698	-	100.698	247.310	-	247.310
Total	1.076.774	27.020	1.103.794	814.639	248.800	1.063.439

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

e. Movimentação das aplicações

	2019		
	Valor justo por meio do		

5 Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não possui posição pendente de derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

6 Créditos das operações com seguros e resseguros

a. Prêmios a Receber e operações com seguradoras - Garantia Estendida

	Prêmios	
	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias.....	3.134	2.358
De 31 a 60 dias.....	3.180	2.556
Total a vencer.....	6.314	4.914

	Seguradoras	
	2019	2018
Vencidos:		
Até 30 dias.....	3.594	2.274
De 31 a 60 dias.....	3.940	2.672
Acima de 60 dias.....	40.949	12.639
Total Vencido.....	48.483	17.585
(-) Redução ao valor recuperável.....	(40.949)	(12.639)
Total de vencidos.....	7.534	4.946

b. Movimentação dos prêmios a receber e operações com seguradoras

	Prêmios		Seguradoras	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	4.872	5.252	4.946	-
(+) Prêmios emitidos.....	37.313	47.278	-	-
(-) Recebimentos.....	(5.124)	(30.073)	-	-
(-) Transferência para Operações com Seguradores - Cosseguro Vencido.....	(30.898)	(17.585)	30.898	17.585
Constituição/(Reversão) de provisão para perda.....	-	-	(28.310)	(12.639)
Saldo em 31 de dezembro (*).....	6.163	4.872	7.534	4.946

(*) Não contempla prêmios de riscos vigentes não emitidos no montante de R\$ 151 (R\$ 42 em 2018).

7 Créditos tributários e passivos fiscais – Diferidos

a. Créditos tributários e previdenciários

Ativo	2019			2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar.....	203	-	203	181	-	181
Créditos tributários diferidos (b-i).....	-	176.330	176.330	-	168.441	168.441
Obrigações fiscais diferidas (b-ii).....	-	(16.598)	(16.598)	-	(7.943)	(7.943)
Total.....	203	159.732	159.935	181	160.498	160.679

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

	Saldo em 2018	Constituição	Realização	Saldo em 2019
Provisão para contingências fiscais.....	923	33	-	956
Provisão para contingências cíveis.....	10	6	-	16
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	5.016	11.354	-	16.370
Outros (*).....	162.492	60	(3.564)	158.988
Total dos créditos tributários.....	168.441	11.453	(3.564)	176.330

	Saldo em 2017	Constituição	Realização	Saldo em 2018
Provisão para contingências fiscais.....	888	35	-	923
Provisão para contingências cíveis.....	52	-	(42)	10
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	10	5.006	-	5.016
Outros (*).....	167.358	38	(4.904)	162.492
Total dos créditos tributários.....	168.308	5.079	(4.946)	168.441

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários incidentes sobre a perda relativa às despesas de comercialização diferidas, referentes ao contrato junto a rede varejista na comercialização do produto garantia estendida, reconhecidas no período conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12d. A expectativa de realização dos créditos tributários está formalizada em estudo que considera os lucros tributáveis futuros da Companhia.

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2018	Constituição	Saldo em 2019
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial.....	1.921	150	2.071
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	6.022	8.505	14.527
Total dos créditos tributários.....	7.943	8.655	16.598

	Saldo em 2017	Constituição	Saldo em 2018
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial.....	1.747	174	1.921
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda.....	389	5.633	6.022
Total dos créditos tributários.....	2.136	5.807	7.943

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020.....	7.935	4.755	12.690
2021.....	6.790	4.070	10.860
2022.....	6.100	3.657	9.757
2023.....	5.754	3.450	9.204
2024 em diante.....	83.639	50.180	133.819
Total.....	110.218	66.112	176.330

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 164.080 (R\$ 150.404 em 31 de dezembro de 2018), referente a diferenças temporárias.

8 Depósitos judiciais e fiscais

	2019	2018
IRPJ e CSLL (*).....	11.739	11.694
Outros depósitos.....	6	5
Total.....	11.745	11.699

(*) Referem-se a depósitos judiciais, os quais dizem respeito à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 (nota explicativa nº 13).

9 Obrigações a pagar

	2019	2018
Partes relacionadas (nota 16).....	1.080	1.043
Contas a pagar - Seguradora Líder.....	437	547
Fornecedores.....	194	85
Provisão para publicação de balanço.....	149	149
Outras obrigações.....	319	346
Total.....	2.179	2.170

10 Impostos e contribuições

	2019	2018
IRPJ.....	10.849	5.290
CSLL.....	7.405	4.392
COFINS.....	240	604
PIS.....	39	98
Total.....	18.533	10.384

11 Outros débitos operacionais
Refere-se, substancialmente, ao pró-labore relativos às operações de cosseguros aceitos de garantia estendida, no montante de R\$ 21.590 (R\$ 9.790 em 31 de dezembro de 2018).

12 Provisões técnicas - Seguros e Custos de aquisição diferidos

a. Composição

	2019	2018
Provisão de IBNR - DPVAT.....	195.071	195.026
Provisão de Prêmios Não Ganhos - Garantia Estendida.....	75.785	127.723
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - DPVAT.....	18.238	19.200
Provisão de IBNR - Garantia Estendida.....	6.774	6.532
Provisão de IBNR - Garantia Estendida - DPVAT.....	3.473	4.819
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativo - DPVAT.....	3.528	4.590
Provisão de Sinistros a Liquidar Administrativo - Garantia Estendida.....	1.076	3.412
Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial - Garantia Estendida.....	313	468
Outras Provisões - DPVAT.....	2.194	909
Total.....	306.452	362.679

b. Movimentação das provisões técnicas

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro.....	362.679	400.193
(-) Seguro DPVAT.....	(219.726)	(148.796)
Subtotal em 1º janeiro.....	142.953	251.397
(+) Constituições.....	46.931	64.766
(-) Reversões.....	(90.414)	(152.502)
(-) Sinistros pagos.....	(11.901)	(20.758)
(+/-) Atualização monetária.....	(148)	49
Subtotal em 31 de dezembro.....	87.421	142.952
(+) Seguro DPVAT.....	219.031	219.727
Saldo em 31 de dezembro.....	306.452	362.679

c. Aging de sinistros judiciais a liquidar

Faixa (anos)	2019		2018	
	PSL judicial	Quantidade	PSL judicial	Quantidade
Até 1 ano.....	10.781	4.678	6.234	2.713
1 a 2 anos.....	2.887	1.228	5.085	2.276
2 a 3 anos.....	1.698	739	2.906	1.327
3 a 4 anos.....	1.074	480	2.015	926
4 a 5 anos.....	694	303	1.279	580
Acima de 5 anos.....	1.411	491	2.149	823
Total.....	18.545	7.919	19.668	8.645

d. Movimentação dos custos de aquisição diferidos
Custos de aquisição diferidos compreendem os custos com despesas de comissão relativos à comercialização de apólices de seguros de cosseguro aceito do produto de garantia estendida, sendo apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho na conta do resultado "Variação dos Custos de Aquisição Diferidos".

	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro.....	64.158	141.249
Constituições.....	13.864	18.898
Reversões.....	(46.267)	(95.989)
Saldo em 31 de dezembro.....	31.755	64.158

13 Provisões judiciais
Refere-se, substancialmente, a provisão no montante de R\$ 2.390 (R\$ 2.307 em 31 de dezembro de 2018) correspondente a parte da Companhia referente à discussão do direito de deduzir na apuração do lucro real relativo ao exercício fiscal de 1994 e seguintes, o saldo de correção monetária de balanço, mediante aplicação do IPC expurgado em janeiro de 1989 - Plano Verão, efetuados por Universal Companhia de Seguros Gerais (Incorporada na Finasa Seguradora S.A.) e pela Finasa Seguradora S.A. (antiga razão social da Atlântica Companhia de Seguros). Há depósitos judiciais de R\$ 11.745 (R\$ 11.699 em 31 de dezembro de 2018) e, em caso de perda da ação, o montante dos depósitos judiciais serão ressarcidos pelo controlador Bradesco Seguros S.A.

(i) Passivos contingentes
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$123 (R\$317 em 31 de dezembro de 2018), para os processos cíveis e R\$6 (R\$10.391 em 31 de dezembro de 2018), para os processos fiscais.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos
O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 2.207.711.864 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Reserva legal
Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

c. Reserva estatutária
Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

d. Prejuízos acumulados
Em 31 de dezembro de 2019, a Atlântica Companhia de Seguros possui um prejuízo acumulado de (R\$ 131.513), que em conformidade com o Art.189 da Lei 6.404/76, será parcialmente absorvido pelo lucro líquido de R\$ 32.736 do exercício, restando um acumulado de (R\$ 98.777).

15 Gestão de Capital
O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital
Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2019
Patrimônio líquido contábil.....	970.014
Ajustes Contábeis:	(128.734)
(-) Despesas antecipadas.....	(265)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15% do CMR.....	(128.256)
(-) Ativos intangíveis.....	(213)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:.....	15.571
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas.....	15.571
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	856.851

Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II).....	35.475
Capital base (I).....	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*).....	35.475
Capital adicional de risco de subscrição.....	6.635
Capital adicional de risco de crédito.....	7.919
Capital adicional de risco de mercado.....	28.385
Capital adicional de risco operacional.....	1.247
Efeito da correlação (benefício).....	(8.711)
Suficiência de capital (PLA – CMR).....	821.376
Ativos líquidos.....	171.237
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)......	100.099
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***).....	35.475
Índice de liquidez em relação ao CR % (****).....	282%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

16 Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Despesas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i) e (iii).....	27.590	28.932	-	-	(102)	(101)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii).....	-	-	1.080	1.032	(10.321)	(15.695)
Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros. (empresa ligada) (ii).....	-	4	-	11	-	-
Total.....	27.590	28.936	1.080	1.043	(10.423)	(15.796)

i. Refere-se saldo em conta corrente e operações compromissadas.
ii. O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e; g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
iii. Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da administração
Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
Em 2019 e 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 84, líquido de encargos sociais, para remuneração dos administradores.

17 Principais ramos de atuação

Ramos	2019			
	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
DPVAT.....	26.528	25.064	76,48	0,02
Garantia estendida.....	37.131	89.069	9,25	52,01
Total.....	63.659	114.133		

Ramos	2018			
	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
DPVAT.....	51.115	51.211	80,86	1,20
Garantia estendida.....	45.658	153.035	10,10	62,73
Total.....	96.773	204.246		

18 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos

	2019	2018
Prêmio de cosseguros aceitos - garantia estendida (*).....	37.131	45.658
Prêmios convênio DPVAT.....	26.528	51.115
Total.....	63.659	

d. Custos de aquisição		
	2019	2018
Comissões sobre prêmios emitidos - DPVAT	(5)	(614)
Outras despesas de comercialização - garantia estendida.....	(13.864)	(18.897)
Varição das despesas de comercialização diferidas - garantia estendida (*)	(32.462)	(77.099)
Total	(46.331)	(96.610)
e. Outras despesas e receitas operacionais		
	2019	2018
Recuperação do custo do bilhete - DPVAT	(394)	392
Despesas com cobrança – DPVAT	(4.202)	(6.255)
Outras despesas com operações de seguros.....	(28.995)	(18.165)
Total	(33.591)	(24.028)
f. Despesas administrativas		
	2019	2018
Despesas com pessoal próprio	(2.248)	-
Despesas com serviços de terceiros	(7.367)	(15.109)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(6.621)	(6.389)
Despesas com localização e funcionamento	(953)	(141)
Despesas com publicações	(183)	(100)
Despesas com donativos e contribuições	(285)	(306)
Outras.....	(2.347)	(1.610)
Total	(20.004)	(23.655)
g. Despesas com tributos		
	2019	2018
Despesas com COFINS	(2.892)	(6.586)
Despesas com PIS	(470)	(1.070)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.071)	(1.883)
Impostos federais/estaduais/municipais.....	(30)	(59)
Total	(4.463)	(9.598)
h. Resultado financeiro		
	2019	2018
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa (nota 4e).....	83.641	80.678
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	406	456
Outras receitas	435	1.808
Subtotal	84.482	82.942

Despesas financeiras		
	2019	2018
Despesas de operações com seguros	(14.865)	(12.868)
Despesas com títulos de renda fixa (nota 4e).....	(2.907)	(6.362)
Tributação sobre operações financeiras	(1.658)	(1.887)
Outras despesas financeiras.....	(224)	(188)
Subtotal	(19.654)	(21.305)
Total	64.828	61.637
i. Despesas de imposto de renda e contribuição social		
	2019	2018
Impostos diferidos		
Reversão no período sobre adições temporárias.....	7.739	(41)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(29.476)	(27.391)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(21.737)	(27.432)
19 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social		
	2019	2018
Resultado antes.....	54.473	61.037
Adições.....	28.870	13.030
Exclusões	(9.406)	(12.846)
Lucro tributável	73.937	61.221
Tributos Correntes.....	(29.575)	(27.550)
Tributos Diferidos	7.739	(41)
(-) Incentivos fiscais.....	99	159
Total dos tributos	(21.737)	(27.432)
Alíquota efetiva.....	39,90%	44,94%
20 Outras informações		
a. Relatório do Comitê de Auditoria		
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 07 de fevereiro de 2020, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo..		

DIRETORIA

Ney Ferraz Dias	Diretor-Geral	Saint'Clair Pereira Lima	Diretor	Saint'Clair Pereira Lima
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Gedson Oliveira Santos	Diretor	Atuário - MIBA nº 943
Curt Cortese Zimmermann	Diretor-Gerente	Vinicius Marinho da Cruz	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Américo Pinto Gomes	Diretor-Gerente			Contador CRC-RS 034447/O-7-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Atlântica Companhia de Seguros

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 27 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Atlântica Companhia de Seguros

Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 33.151.291/0001-78

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Atlântica Companhia de Seguros ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos

valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Atlântica Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que servem de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo